

## Edital Nº 514 / 2024 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

### EDITAL nº 248, de 2024 – SEI Nº 24.0.000006120-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no evento **O STF E O DIREITO À SAÚDE: IMPACTO DAS TESES 1234 E 6 E DAS SÚMULAS VINCULANTES 60 E 61 NA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO SUS**, a se realizar no dia **4 de novembro de 2024**, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

#### 1. DADOS GERAIS

**Nome:** O STF e o Direito à Saúde: Impacto das Teses 1234 e 6 e das Súmulas Vinculantes 60 e 61 na Judicialização de Medicamentos no SUS

**Objetivo:** Capacitar magistrados(as), assessores(as) e servidores (as) do Poder Judiciário Tocantinense, profissionais e agentes do sistema de justiça e da saúde no Tocantins para compreender e aplicar os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Temas 1234 e 6 da Repercussão Geral, relacionados ao fornecimento de medicamentos, visando promover uma atuação eficiente, garantir o acesso à saúde e equilibrar a responsabilidade do Estado com a sustentabilidade do sistema público de saúde..

**Período de inscrições:** As inscrições ocorrerão no período de 29 de outubro a 4 de novembro de 2024.

**Inscrições:** As inscrições serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico [esmat.tjto.jus.br](http://esmat.tjto.jus.br)

**Públicos-Alvo:** Magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, assessores(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, Membros do Comitê Estadual de Saúde – CES, Servidores(as) e assessores (as) do Ministério Público Estadual, Defensor(a) Público e assessores (as) da Defensoria Pública Estadual, Juizes(as) Federais, Gestores(as) e Técnicos das Secretarias de Saude, Estado e Municípios , Médicos(as), Membros da OAB e Servidores(as) e assessores(as) NatJus

**Carga horária:** 2 horas-aula

**Modalidade:** EaD

**Local:** Ambiente Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense

**Haverá Pagamento de Diárias?**

(X) NÃO

#### 2. VAGAS:

2.1 Quantidade de Vagas: 150

Público-alvo	Nº de Vagas
Magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense	20
Assessores(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense	50
Membros do Comitê Estadual de Saúde – CES	10
Membros do Ministério Público Estadual	10
Membros Defensoria Pública Estadual	10
Juizes(as) Federais	10
Gestores(as) e Técnicos das Secretarias de Saude, Estado e Municípios	10
Médicos(as)	10

Membros da OAB	10
Servidores(as) e assessores(as) NatJus	10
<b>Total de Vagas</b>	<b>150</b>

2.2 Caso o percentual de vagas previstas não seja preenchido na ordem preferencial, estas serão destinadas à classe subsequente até que sejam totalmente preenchidas;

2.3 No caso de seleção dos(as) alunos(as), esta será realizada considerando-se o relatório de inscritos(as) por ordem de data e horário de inscrição.

### **3. PRÉ-REQUISITOS**

- 3.1 Serem magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.2 Serem assessores e assessoras do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.3 Serem servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.4 Membros do Comitê Estadual de Saúde – CES
- 3.5 Servidores(as) e assessores (as) do Ministério Público Estadual
- 3.6 Defensor(a) Público e assessores (as) da Defensoria Pública Estadual
- 3.7 Juizes(as) Federais
- 3.8 Gestores(as) e Técnicos das Secretarias de Saude, Estado e Municípios
- 3.9 Médicos(as)
- 3.10 Membros da OAB
- 3.11 Servidores(as) e assessores(as) NatJus

### **4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

4.1 Os(As) alunos(as) deverão participar das atividades na modalidade EaD, programadas conforme descrição no item 5 deste Edital;

4.2 Os(As) alunos(as) não serão avaliados por nota;

4.3 A aprovação do(a) aluno(a), ao final do evento, está condicionada à frequência de 100%;

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do evento, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) alunos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV);

4.5 Todos(as) os(as) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas nesse Edital.

### **5. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO**

**O STF E O DIREITO À SAÚDE: IMPACTO DAS TESES 1234 E 6 E DAS SÚMULAS VINCULANTES 60 E 61  
NA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO SUS**

Programação

Estrutura

Dia 4 de novembro de 2024	Das 14h às 15h	<b>Tema:</b> Temas 1234 do STF e Súmula Vinculante nº 60  <b>Palestrante:</b> Luciana da Veiga Oliveira Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
	Das 15h às 16h	<b>Tema:</b> Tema 6 do STF e Súmula Vinculante nº 61  <b>Palestrante:</b> Ana Carolina Morozowski Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
<b>Carga Horária Total</b>		<b>2 horas-aula</b>

5.1 PALESTRANTES	
5.1.1	
<b>Nome</b>	<b>Luciana da Veiga Oliveira</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Procuradora do Estado do Paraná 1999/2000, Juíza Federal desde 2000, Coordenadora do Comitê Executivo de Saúde do Conselho Nacional de Justiça de 2013 a 2023, Especialista em direito da medicina pela Universidade de Coimbra, juíza federal titular da 3ª Vara Federal de Curitiba especializada em saúde, diretora do foro da seção judiciária do Paraná - Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde 2023
5.1.2	
<b>Nome</b>	<b>Ana Carolina Morozowski</b>

## Síntese do Currículo

Graduada em Direito, pela Universidade Federal do Paraná, 2000. Pós-Graduada em Direito da Farmácia e do Medicamento, pela Universidade de Coimbra, Portugal, 2020. Pós-Graduada em Direito e Economia da Saúde, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal, 2021. Especialista em Direito Sanitário, pela Universidade de São Paulo, de 2022 a 2024. Atualmente é juíza federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, lotada na 3ª Vara Federal de Curitiba, PR. Foi docente da Disciplina Judicialização da Saúde Pública do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Direito Médico e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), de 2022 a 2023. É palestrante na área de Direito da Saúde, Sanitário. Ministrou os seguintes cursos: Ministrante de Extensão: Direito à saúde na pandemia, 2021; Tópicos Avançados de Judicialização da Saúde, 2021; e curso *online* de Demandas de Saúde em Tempos de Pandemia, pela Escola Nacional de Formação de Magistrados, 2020. É autora de dezessete artigos. Publicou um capítulo de livro. Área de atuação: Direito e Economia da Saúde; Direito Sanitário; Direito da Farmácia e do Medicamento.

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;

6.2 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do Evento, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Coordenação do Congresso.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 29/10/2024, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6146365** e o código CRC **8D469A4F**.